

# A acessibilidade das construções relativas na aquisição da escrita

(Accessibility of relative constructions in acquisition of writing)

Gabriela Oliveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

gabrielaolvr@gmail.com

**Abstract:** This paper aims to establish the accessibility constraints of relative constructions in the process of writing acquisition of Brazilian Portuguese, based on *Keenan and Comrie's (1977) "Accessibility Hierarchy"*. In order to carry out this research, we have used data collected from texts written by 14 students from the first grade of two elementary public schools in the city of São José do Rio Preto, São Paulo state.

**Keywords:** accessibility; relative clause; acquisition of writing.

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo estabelecer as restrições de acessibilidade das construções relativas no processo de aquisição da escrita do português brasileiro, baseadas na Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Para o desenvolvimento desta pesquisa, são utilizados dados coletados de textos de 14 alunos da primeira série do ensino fundamental de duas escolas públicas de São José do Rio Preto-SP.

**Palavras-chave:** acessibilidade; oração relativa; aquisição da escrita.

## Palavras iniciais

Juntamente com a ordem de palavras e a marcação de caso, a oração relativa (do-ravante OR) ocupa um lugar de destaque nos estudos tipológicos e funcionais. Um trabalho pioneiro de investigação das OR é a Hierarquia de Acessibilidade (HA) de Keenan e Comrie (1977), que ainda hoje fornece base sólida até mesmo para estudos descritivos não tipológicos. O que é notável na HA é que ela fornece subsídios relevantes para enfoques de processamento cognitivo de produção e de recepção, mediante o qual o falante é capaz de recuperar o referente e a função sintática do item relativizado.

Keenan e Comrie (1977) postulam que o papel sintático do participante compartilhado pela oração matriz e pela OR permite identificar diferentes tipos de construções relativas. Com base numa amostra de aproximadamente 50 línguas, esses autores observam que a variação existente obedece a padrões regulares de distribuição e, assim, propõem a HA das construções relativas, contida em (01):

(01) Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação  
(KEENAN; COMRIE, 1977)

Essa HA foi proposta para descrever as possibilidades de relativização numa perspectiva tipologicamente orientada. A leitura dessa e de qualquer hierarquia, por princípio, é unilateral: ou seja, quanto mais à esquerda, tanto mais acessível a categoria. Assim, a função mais alta, de sujeito, é primária, e por isso passível, por princípio, de ser relativizada em qualquer língua. Como todas as hierarquias, se uma língua relativiza posições mais baixas, como a de objeto indireto, por exemplo, ela relativiza, portanto, as posições mais altas de sujeito e de objeto direto.

Perroni (2001) comprova a aplicabilidade da hierarquia de Keenan e Comrie (1977) no processo de aquisição da língua falada. A autora mostra que a maioria das OR construída por crianças entre dois e cinco anos retoma referentes na função de sujeito e objeto direto, justamente os dois graus mais acessíveis na HA. Já no processo de aquisição da escrita por crianças, a acessibilidade das OR às funções sintáticas ainda não foi tomada como parâmetro de análise no português brasileiro (PB). É justamente em função dessa relevância que este trabalho<sup>1</sup> se debruça sobre a relação entre aquisição das estratégias de relativização na escrita e a HA, tomada como uma escala de facilidade de processamento cognitivo.

Ao nos voltarmos para o estudo da aquisição da língua escrita com base em evidências do estudo da aquisição da língua falada, entendemos que esses dois conceitos, fala e escrita, muito longe de serem dicotômicos, são dois modos de enunciação da linguagem constitutivamente ligados, seguindo o postulado de heterogeneidade constitutiva da escrita de Corrêa (2004).

Ao elegermos dados produzidos na escola – ou seja, em ambiente formal de aquisição da escrita – para nossa pesquisa, outro fator se torna relevante para a análise: as estratégias de relativização empregadas pelos alunos em seus textos. O PB dispõe de três estratégias principais, aplicáveis a todos os graus da hierarquia: *pronomes relativos*, *lacuna* e *retenção de pronomes*, e uma estratégia aplicada apenas às relativas com preposições lexicais, a estratégia do *enclivamento de preposições*. Apenas a estratégia de lacuna nas funções de sujeito e objeto direto e a estratégia de pronomes relativos nas demais funções são tomadas como padrão para a norma culta do português. Levando em consideração que as funções mais baixas da hierarquia são menos acessíveis à relativização e que as estratégias não padrão de relativização são mais frequentemente utilizadas para a relativização dessas posições na língua falada, é relevante para este trabalho responder se as estratégias não padrão de *lacuna* e de *retenção pronominal* persistem nas primeiras fases de aquisição de escrita como estratégias preferidas das posições mais baixas, considerando que essas construções já tenham sido adquiridas oralmente. De acordo com o postulado de antinaturalidade da relativa-padrão em posições preposicionadas de Kenedy (2007), consideramos como hipótese que essa estratégia é adquirida pela criança apenas em situação de letramento escolar, quando se amplia seu contato com a norma culta.

Este artigo está assim dividido: na primeira parte, discutimos a relevância da HA de Keenan e Comrie (1977) para o processo de aquisição de relativas na escrita. Na segunda, discorremos sobre as estratégias de relativização encontradas no PB. Na terceira parte, explicitamos os procedimentos metodológicos e o *corpus* utilizado nesta pesquisa. Na quarta, passamos à análise dos dados propriamente dita. Por fim, na última parte, fazemos as considerações finais, com as conclusões a que chegamos.

### **Restrições à acessibilidade das construções relativas no processo de aquisição da escrita: o papel da HA de Keenan e Comrie (1977)**

A fim de discutir o papel da HA de Keenan e Comrie (1977) no processo de aquisição das relativas na escrita, iniciamos esta seção com a definição de OR com que lida-

---

<sup>1</sup> Vinculado à pesquisa de doutorado (em andamento) da autora e financiado pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (proc. 2013/00065-5).

mos nesta pesquisa. Sendo assim, é possível considerar esse fenômeno a partir de duas perspectivas diferentes.

A primeira perspectiva de análise das OR relevante nesta pesquisa é a semântico-formal, a partir da qual Keenan e Comrie (1977) identificam as restritivas. Segundo esses autores, qualquer objeto sintático é uma OR restritiva se restringir, num primeiro momento, um conjunto de objetos por meio da especificação de um conjunto maior (o domínio da relativização ou constituinte pivô) e se também restringir, num segundo momento, esse conjunto. Consideremos (02):

- (02) a. ele, de madrugada, ele saía, recebia aquele chamado, vinham buscar ele em casa, e eu ficava numa, **numa casa** [que eu fui morar, enorme, sozinha] (Bra80:Nada Ciumenta).
- b. **aqueles (homens)** [que trabalhavam efectivamente a terra] não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (PT97: Trabalho Posse Terra)
- c. **a própria metrópole** [que nos colonizou] tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Ang97:O Ensino em Angola) (CAMACHO, 2012)

De acordo com Keenan e Comrie (1977), a oração restritiva de (2b) apresenta (i) como domínio de relativização um dado conjunto identificado como *homens*, dado no contexto discursivo; (ii) como constituinte nuclear o SN *aqueles homens*; e (iii) como oração restritiva *que trabalhavam efectivamente a terra*.

Para que a sentença possa ser decodificada, o item relativizado deve pertencer ao domínio de relativização e a sentença restritiva deve ser verdadeira em relação a esse domínio (KEENAN; COMRIE, 1977). O núcleo tem a função semântica de estabelecer um conjunto de entidades, que pode ser chamado de domínio da relativização, enquanto a função da oração restritiva é identificar um subconjunto desse domínio mediante a imposição de uma condição semântica sobre o nome nuclear; a identificação de um subconjunto serve tanto à função identificadora quanto à função construtora postulada por Dik (1997).

Já o núcleo nominal da sentença contida em (2c), um sintagma nominal definido, consiste num conjunto unitário que, como tal, não admite restrição de acordo com a equação *metrópole = Portugal* (CAMACHO, inédito). Portanto, a função da relativa não restritiva ou apositiva é apenas fornecer especificação adicional ao núcleo nominal.

A segunda perspectiva diz respeito à funcionalidade da construção relativa para o escrevente em fase de aquisição. A relativa serve, de modo geral, à função de construir ou de identificar um referente, dentro de uma gama de possibilidades. Em construções como (2a), a função da relativa restritiva é construir um referente (DIK, 1997), não identificá-lo como aparece em (2b). Já em (2c), a função da relativa não restritiva é fornecer uma informação adicional a um referente já bem identificado na situação de interação.

A partir das duas perspectivas, podemos definir, então, que uma oração relativa é construída por meio de uma subordinação, e, portanto, constitui-se como uma oração subordinada, que se encontra no nível do Sintagma Nominal, atuando ora como uma restrição ao referente a que se liga, ora como uma identificação desse referente. Podemos ter, ainda, construções relativas que não desempenham o papel restritivo ou identificador: elas apenas adicionam informação, atuando como um verdadeiro aposto. Podemos sinte-

tizar essa definição de OR a partir do postulado funcional de Cristofaro (2003): entendemos as orações relativas como aquelas que envolvem um Sintagma Nominal (o referente) e uma Oração (a relativa), que mantém uma relação assimétrica no que tange a autonomia cognitiva. Mantendo o foco na noção de assimetria, as OR restritivas identificam o SN nuclear a que se ligam dentro de uma gama de possibilidades, ou seja, restringem ou identificam sua referência. As orações relativas não restritivas, por outro lado, não especificam o sintagma nuclear, mas apenas fornecem informações adicionais sobre ele.

Definida a noção de OR, passamos à análise da relevância da HA para a aquisição das relativas, retomando os princípios norteadores de tal hierarquia, anteriormente explicitada em (01). Podemos perceber que a posição de sujeito, a mais alta da hierarquia, é por definição a mais suscetível à relativização, enquanto a de objeto de comparação, situada no extremo inferior, é a menos acessível. Se uma língua é capaz de relativizar a posição mais baixa da escala – objeto de comparação – ela é capaz de relativizar todos os anteriores, uma vez que, sob condições normais, é impossível transpor qualquer ponto da HA.

Desse modo, é plausível supor que a HA seja uma ferramenta útil de análise da aquisição, já que ambas lidam com as noções de acessibilidade cognitiva e facilidade de processamento, no sentido de um crescente de dificuldade. No entanto, é necessário fazer algumas ressalvas em relação à aplicabilidade da HA de Keenan e Comrie (1977), seja para as línguas em geral, seja para o processo de aquisição.

Os próprios autores da HA admitem que o grau de acessibilidade a algumas funções sintáticas, como a de objeto indireto, é discutível de um ponto de vista translinguístico. Eles também apontam para mecanismos de superação das dificuldades impostas pela HA, como, por exemplo, promoção de um item que desempenhe a função de objeto direto à função de sujeito para que possa ser relativizado, via passivização. De fato, Dik (1997) e Givón (1990) fazem ressalvas à HA de Keenan e Comrie (1977) no tocante às restrições à acessibilidade. Dik (1997) e Givón (1990) concordam com o princípio de que influenciam a relativização também traços semânticos e pragmáticos, não previstos na hierarquia postulada por Keenan e Comrie (1977), que se limita somente a critérios morfossintáticos.

Em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2011), confirmamos a validade das críticas de Dik (1997) e Givón (1990). Mostramos que as funções sintáticas não são suficientes para representar a acessibilidade das relativas nas línguas indígenas brasileiras. Por um lado, para muitas línguas da amostra tipológica analisada, não há uma construção típica formal de relativização. Por outro, para algumas línguas, não são relevantes as funções sintáticas elencadas por Keenan e Comrie (1977), seja por não serem do tipo Nominativo-Acusativas (o que torna as funções de sujeito e objeto direto, por exemplo, irrelevantes), seja por não disporem da relativização de objeto indireto e disporem de relativização de graus mais abaixo dessa função.

Portanto, ainda que o pioneirismo da HA de Keenan e Comrie (1977) e seus fundamentos sejam premissas necessárias para qualquer trabalho que se debruce sobre relativas, é importante sempre não tomar tal hierarquia como único e definitivo modelo de análise; ao contrário, é necessário avançar na direção das especificidades semântico-pragmáticas que envolvem a relativização.

Ao analisar as relativas no processo de aquisição de linguagem falada, Perroni (2001) encontra evidências para postular um conjunto que rotula como “relativas que são

fáceis” no processo de aquisição da língua materna. Os resultados da pesquisa de Perroni (2001) revelam que quase 100% dos casos encontrados no processo de aquisição dizem respeito a relativas de sujeito e de objeto direto. Esses dados confirmam o pressuposto da HA de que há uma correlação positiva entre a acessibilidade das posições mais altas nas relativas das línguas do mundo e o processo de aquisição.

Ao nos voltarmos para a análise das OR na aquisição da escrita, é fato que lidaremos com aspectos de processamento diferentes dos da aquisição de língua falada. Os motivos são de ordem diversa: em primeiro lugar, a aquisição de escrita acontece num momento em que o sujeito já passou pelo processo aquisição da linguagem falada, na maioria das vezes, quase que completamente; em segundo lugar, diferentemente da fala, a aquisição da escrita ocorre quase sempre em um contexto escolar, institucional, diretamente dirigido ao desenvolvimento de habilidades cognitivas raramente apreensíveis num contexto informal.

Isso não quer dizer, no entanto, que os sujeitos só passam pelo processo de aquisição da escrita a partir do momento em que entram para a escola. É bem verdade que um grau significativo de acesso ao letramento já ocorre diante da intensa convivência com materiais escritos em geral – e, para muitos adultos, essa convivência ainda é o único meio de acesso. No entanto, o valor simbólico e convencional da escrita, na sociedade brasileira, ainda requer um contexto institucional, seja por lei,<sup>2</sup> seja por costume.

Entendemos, assim, a partir das especificidades do trabalho de análise da aquisição das OR na escrita inicial de crianças, que a HA de Keenan e Cormie (1997), bem como seus princípios básicos, são de grande importância para a determinação das restrições à acessibilidade e para a identificação dos dados de relativas. No entanto, é preciso avançar na interpretação em relação aos pressupostos da HA: é necessário, também, lidar com questões de ordem semântica e pragmática, que atuam, certamente, na formulação dessa construção.

## **As estratégias de relativização do PB**

Sabendo que as línguas diferem no modo como representam o papel do núcleo nominal na OR, Keenan (1985), Comrie (1989) e Givón (1990) propõem estratégias de formação de OR, basicamente fundadas na recuperação de caso. O trabalho pioneiro de Tarallo (1983) aponta três estratégias principais para o português: a *cortadora*, a *copiadora* e a *padrão*. Na terminologia Keenan (1985), Comrie (1989) e Givón (1990), tais estratégias correspondem, respectivamente, às estratégias de *lacuna*, de *retenção pronominal* e de *pronome relativo*. Podemos identificar, ainda, uma quarta estratégia de relativização do PB, restrita às relativas com preposição lexical: a estratégia do *enclhecimento de preposições*.

A estratégia de pronome relativo é chamada de *padrão* por Tarallo (1983), por ser aquela que se encaixa nos moldes prescritivos da Gramática Normativa. Ela envolve o uso de pronomes especiais, que são formalmente relacionados a expressões demonstrati-

<sup>2</sup> No Brasil, desde 2009, com a promulgação da Emenda Constitucional n. 59, a escolarização é obrigatória e deve ser oferecida a todos, gratuitamente, que tiverem entre 4 e 17 anos, assegurado o direito à escolarização daqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria. A legislação brasileira não prevê a educação domiciliar.

vas e/ou pronomes indefinidos/interrogativos, usados para representar o papel do núcleo nominal na construção relativa.

Não podemos dizer que o item *que* seja, em português, um verdadeiro pronome relativo, já que não fornece nenhuma informação sobre o caso do elemento relativizado, atuando apenas como um transpositor oracional. Assim, em português, teríamos estratégia do pronome relativo apenas nas relativizações de posições preposicionadas. Segundo Camacho (inédito), essa estratégia aparece com mais frequência no registro escrito formal da língua portuguesa, como no caso de (03) a seguir, retirado de um *site* da revista *Guia do Estudante*.

(03) Já escrevi **fanfics de livros de que gosto**, e queria ser escritor de ficção. (internet<sup>3</sup>)

Em (03), temos um verdadeiro pronome relativo, uma vez que poderia, por um lado, ser substituído por uma expressão como *dos quais*, que explicita o caso relativizado, e, por outro, porque tem sua função sintática de oblíquo codificada pela preposição *de*. Esse tipo de relativa é também chamado na literatura de “pied-piping”.<sup>4</sup> Segundo Givón (1990), há uma forte tendência para os conectivos não aparecerem na posição relativizada, mas, sim, na fronteira entre a oração principal e a relativa, embora haja exceções para essa generalização. No caso do português, tanto os pronomes relativos quanto os complementadores aparecem na fronteira entre as duas orações e ocupam a primeira posição da OR, desde que não venham acompanhados de preposição.

Camacho (inédito) observa que as construções de lacuna, quando aplicadas ao sujeito e ao objeto direto sem pronome-lembrante, e as de pronome relativo, aplicadas às posições mais baixas da HA, são comumente identificadas como alternantes padrão.

A estratégia de lacuna se caracteriza por não fornecer, na relativa, informação sobre a natureza da posição do elemento relativizado. No português, segundo Camacho (inédito), o elemento que introduz a relativa é uma conjunção, ou seja, um marcador de relativização (DIK, 1997), e não um pronome relativo típico. Essa estratégia aparece, no português, na relativização padrão das funções de sujeito e de objeto direto, como pode ser observado em (04a-b):

(04) a. A VOZ É O SOM QUE SAI DA NOSSA DOCA. (KSA, 1<sup>a</sup>, 12<sup>s</sup>)

b. o *profesor falou o so(ç)ão que a guemte fala entra pelo ouvido e entra pelo selibro* (BPM, 1<sup>a</sup>, 13)

<sup>3</sup> Retirado de <<http://guiadoestudante.abril.com.br/orientacao-vocacional/consulte-orientador/minha-mente-verdadeira-bagunca-criativa-carreira-devo-seguir-702446.shtml>>, acesso em: 28 mar. 2014.

<sup>4</sup> O termo “pied-piping” se refere a uma leitura metafórica à obra *O flautista de Hamelin*, do escritor britânico Robert Browning, proposta por Ross (1967), para representar a construção padrão que relativiza Sintagmas Preposicionados (SP), por ele denominada *prepositional pied-piping*. Nessa interpretação, um sintagma determinante (DP) é representado pelo flautista, e a preposição (P), é representada pelo rato, já que, na interpretação gerativa, tanto P segue DP no Movimento sintático em relativas, quanto P, a palavra-Q em interrogativas.

<sup>5</sup> Optamos por utilizar, aqui, dados produzidos pelos alunos em fase de aquisição. Para tentar reproduzir ao máximo a escrita das crianças, optamos por usar **caixa alta** quando o texto original for escrito em letra de forma maiúscula; **caixa baixa**, se o texto é escrito em letra de forma minúscula; e **itálico**, no caso de o texto ser escrito em letra cursiva. O recurso de **negrito** é um destaque nosso da oração relativa. A identificação dos dados é feita a partir das iniciais do aluno que produziu o dado de OR seguido da série em que foi produzida e do número da proposta textual.

Nos dois exemplos, o núcleo relativizado é *som*. Não há, nas relativas de (04a-b), nenhuma informação quanto à natureza da função sintática exercida por esse constituinte, e ambas as ocorrências aparecem codificadas com *que*, o que o identifica como conjunção ou marcador de relativização (DIK, 1997).

Outra possibilidade de realização da estratégia de lacuna pode ser vista em (05):

(05) *Eu estudaria com o esporte que eu mais gosto. Que é ginastica olimpicas.* (KSA, 4ª, 8)

Nesse caso, não há informação, na relativa, da posição do item relativizado. Não há a preposição regida pelo verbo na OR, nem o pronome-lembrante, como na estratégia de retenção pronominal. Assim, não há elemento anafórico, na relativa, que estabeleça relação correferencial na matriz com o antecedente. Essa variante da estratégia da lacuna é chamada, por Tarallo (1983), de *cortadora*.

Camacho (inédito) destaca um uso inovador da relativa de lacuna. Observe (06):

(06) a. Oblíquo – Lugar

*Amanhã vc ira ir a um lugar que era seu sonho de ir ver nesse lugar Sandy e Junior.*

(KSA, 3ª, 2)

b. Oblíquo – Tempo

*e as outras pessoas correm a hora que ela joga a bola para cima (...)* (AGS, 2ª, 13)

A função sintática de oblíquo, frequentemente relativizada pela estratégia da lacuna no PB, inclui complementos verbais preposicionados e circunstanciais em geral, como lugar, tempo, razão, instrumento, entre outros. Camacho (inédito) sustenta que essa relativa, cujos núcleos devem ser interpretados como propriedades lexicais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), atua como o argumento desses nomes, não como verdadeiros modificadores. Prova disso é que a tais nomes podem ser atribuídos argumentos de natureza distinta, como *hora de lazer* ou *lugar de descanso*.

A estratégia de *retenção pronominal*, chamada de *copiadora* por Tarallo (1983), se caracteriza pela presença de um pronome-lembrante na OR, que é correferente ao núcleo nominal da oração matriz. Em outras palavras, emprega-se, na OR, um pronome – pessoal, no caso do português – que recupera anaforicamente o item relativizado da oração principal, estabelecendo, portanto, a relação de correferência com o antecedente, função não exercida pelo item conector *que*, também aqui atuando como complementizador ou marcador de relativização. Veja o caso de (07):

(07) Oblíquo

*Era uma vez um homem que estava loquinhão da cabeça por aquela mulher que estava apaixonado por ela e pensou em levar ea para papear de carro em algum dia em um restaurante (...)* (THF, 4ª, 10)

Nesse exemplo, a relativa aparece codificada por *que*, marcador de relativização, e vem acompanhada, ao final, pela preposição *por* e pelo pronome pessoal *ela*, que recuperam o caso do antecedente relativizado. Como podemos observar, a tarefa de recuperação de caso é realizada pela inserção do pronome-lembrante, não pelo próprio relativizador *que*. Podemos afirmar, então, em consonância com Camacho (inédito), que o emprego do pronome relativo ficaria restrito à estratégia *padrão*, nos casos em que há relativização de itens preposicionados, ou seja, em graus mais baixos da HA.

Há ainda um quarto tipo de relativa no português, restrita às construções com preposições lexicais: a estratégia do encaimento de preposições. Segundo Camacho (inédito), entende-se encaimento de preposições por um fenômeno sintático em que a preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Essa estratégia tem baixa frequência no português, diferentemente do inglês, em que é muito comum e que permite sua ocorrência com quaisquer tipos de preposições. Observe (08):

(08) Essa é a mesa **que todo mundo bota o chapéu em cima** (dela).

(PERINI, 2010<sup>6</sup> apud CAMACHO, inédito)

Em (08), a preposição lexical *em cima* aparece no fim da sentença e não na posição canônica das preposições em construções relativas, próximas ao conector. É comum que apareça um pronome-lembrado correferencial ao núcleo, mas não obrigatório.

Camacho (inédito), ao analisar as relativas em variedades lusófonas, chega à conclusão de que a estratégia de lacuna, mesmo para as funções mais baixas da HA, é a mais recorrente. Esse resultado vai de encontro com o postulado por Tarallo (1983), que, por se dedicar a um estudo sociolinguístico, se concentra mais nas estratégias copiadora e cortadora, consideradas, respectivamente, estigmatizada e neutra, já que a estratégia padrão ou de prestígio, especialmente a usada em posições preposicionadas, tem uma incidência muito baixa na língua falada.

Ao considerar essa baixa frequência de construções padrão ou  *pied-piping*  nas posições preposicionadas da língua falada, Kenedy (2007), a partir de uma perspectiva gerativista, postula um princípio de antinaturalidade da Gramática Universal que se aplica, mais especificamente, tanto à variedade brasileira quanto à variedade europeia. Para esse autor, há quatro estratégias de relativização possíveis: as resumptivas (de retenção pronominal), as cortadoras (de lacuna), as  *pied-piping*  (de pronome relativo) e as  *prepositional-stranding*  (de encaimento de preposição). Como vimos na discussão anterior, o português dispõe das três primeiras estratégias, e a última não é produtiva, embora possível.

De acordo com Kenedy (2007), encontramos na descrição do mesmo fenômeno em uma mesma língua – no caso, a construção relativa – diferentes estratégias derivacionais que se alternam, e uma delas, a  *pied-piping* , é computacionalmente mais custosa e é essa característica que motiva seu caráter antinatural: na versão minimalista da gramática gerativa, o Sistema Computacional da Linguagem Humana ( $C_{HL}$ ) prefere, sempre que possível, empregar construções menos complexas, que envolvem menor quantidade de operações. Kenedy (2007) afirma que, por ter processamento mais complexo, a variante  *pied-piping*  não faz parte da competência linguística natural e só é adquirida por meio de processos formais de aquisição de escrita/letramento.

Esse aspecto da aquisição já havia sido levantado por Dik (1997) e, aqui no Brasil, por Kato (1981), com base, todavia, na relação entre número de posições relativizadas na HA e facilidade do processamento de informação. O âmbito funcional, em que se estabelece o objetivo deste trabalho, põe-no mais em consonância com esse trabalho mais especulativo de Kato (1981), que, por associar as estratégias de relativização com princípios

<sup>6</sup> PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. v. 1.

cognitivos de processamento de informações (KATO, 1981), defende motivações mais funcionais que formais para as OR.

De acordo com essas posições teóricas, seria um processo muito mais natural também na aquisição dos primeiros estágios da escrita, que as crianças utilizassem as variantes não padrão, cortadora e copiadora. A estratégia padrão, especialmente a regida por preposição, seria a novidade e, portanto, a única a ser de fato adquirida no processo escolar, por não fazer parte do inventário de construções conhecidas pelos escreventes.

As evidências psicolinguísticas para a aquisição da linguagem, trazidas por Kato (1981), Perroni (2001) e Kenedy (2007), reforçam a hipótese de que há uma relação significativa entre a escolha das estratégias de relativização usadas por crianças em fase de aquisição de escrita e a função sintática suscetível de relativização da HA de Keenan e Comrie (1977). Espera-se, portanto, que, na aquisição de escrita, a criança já disponha, ao menos num primeiro momento, das estratégias não padrão, cortadora e copiadora, pelo menos para as OR situadas nos graus mais baixos da HA de Keenan e Comrie (1977), como objeto indireto, oblíquo e genitivo.

## **Material de análise e procedimentos metodológicos**

Adotamos neste trabalho um enfoque essencialmente empírico, mediante o qual os dados coletados são submetidos ao tratamento teórico mais apropriado, o funcional e o sociointeracional. Esse tratamento explicitamente indutivo dos dados é, além de uma imposição teórica, uma imposição metodológica, já que procuramos, nesta pesquisa, descobrir os processos que regem a aquisição de OR na escrita, em termos de acessibilidade. Assim, é necessário partir dos dados para se chegar a generalizações confiáveis como resultado.

Este estudo utiliza como *corpus* de análise textos escritos, coletados em duas escolas municipais de São José do Rio Preto (E.M.E.F. Wilson Romano Calil e E.M.E.F. Dr. João Jorge Sabino), entre 2001 e 2004, por Capristano (2004), pertencente ao Grupo de Pesquisa *Estudos sobre a Linguagem* (GPEL/CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O banco de dados conta com 55 propostas de produção textual diferentes, que geraram aproximadamente 2.500 enunciados escritos de 130 crianças em fases diferentes de aquisição de escrita (CAPRISTANO, 2007).

O desenvolvimento deste trabalho requereu a seleção das ocorrências de OR dos alunos que participaram da coleta durante os quatro anos do projeto e compuseram, no mínimo, 49 textos (ou seja, 90% do total das propostas) ao longo desse período. Esses fatores são os mais decisivos na escolha dos textos por permitirem um estudo longitudinal mais efetivo. Esses alunos participaram dos quatro anos da coleta e produziram textos com a maior parte das propostas; por isso, os textos resultantes dão acesso a todo o histórico de desenvolvimento da escrita possível de ser descrito pelo banco de dados. Entre os 130 alunos participantes do projeto, 14 se encaixaram nos parâmetros estabelecidos e seus textos serão alvo desta pesquisa. Selecionamos, neste trabalho, apenas as ocorrências de relativa da primeira série, cuja análise nos proporciona um panorama da fase inicial da aquisição da escrita dessas crianças. A Tabela 1 a seguir traz a quantidade de textos utilizados nesta pesquisa.

**Tabela 1.** Quantidade de textos selecionados para a análise deste trabalho

Escola	Aluno	Textos Escritos/Produzidos
João Jorge Sabino	AGS	12/14
	CAMB	12/14
	IAD	14/14
	JVRS	13/14
	MCB	13/14
	NACS	14/14
	PHP	14/14
	WPG	12/14
Wilson Romano Calil	BPM	13/14
	ESP	14/14
	GOM	12/14
	KSA	12/14
	THF	14/14
	VAS	13/14
	Total:	182/196
Média:	13 textos por aluno	

### **Tendências à acessibilidade das construções relativas no contexto da aquisição da escrita**

A partir do levantamento realizado nos 182 textos previamente selecionados, foram encontrados 49 dados de relativas.

No tocante à frequência de ocorrência de relativa por texto, podemos perceber que, na primeira série do ensino fundamental, os alunos produzem pouquíssimas OR: a frequência de OR é de apenas **0,27** por texto, como ilustra a Tabela 2 a seguir.

**Tabela 2.** Frequência de relativas nos textos do *corpus*

Escola	Textos	Frequência	Média
JJS	104	24	0,23
WRC	78	25	0,32
Total	182	49	0,27

A leitura da tabela nos permite perceber tendências quantitativas interessantes. Primeiramente, há diferenças de frequência entre as escolas. Os alunos da escola Wilson Romano Calil produzem, na média, mais relativas do que os alunos da escola João Jorge Sabino. Nos dados da primeira escola, encontramos uma média de 0,23 dados por texto, enquanto nos dados da segunda, 0,32. A explicação para esse fenômeno encontra-se, possivelmente, em fatores extralinguísticos, uma vez que as propostas textuais foram as mesmas em ambas as escolas.

É possível perceber, também, que mesmo com a diferença entre as escolas, a média de relativas por textos ainda é baixa: enquanto na escola Wilson Romano Calil, há por volta de um dado de relativa a cada três textos, na escola João Jorge Sabino, o número de textos sobe para aproximadamente cinco. Percebemos, com esses dados, que a utilização de relativas é baixa, o que poderia apontar para um percurso ainda incipiente do processo de aquisição.

Se considerarmos os dados a partir do percurso individual de produção de relativas, podemos chegar a resultados instigantes. Consideremos a Tabela 3 a seguir.

**Tabela 3.** Ocorrências de relativa por aluno

Escola	Aluno	Dados
João Jorge Sabino	AGS	5
	CAMB	0
	IAD	3
	JVRS	4
	MCB	0
	NACS	3
	PHP	4
	WPG	0
Wilson Romano Calil	BPM	3
	ESP	10
	GOM	4
	KSA	5
	THF	1
	VAS	2
TOTAL		49

Podemos perceber, nos dados da tabela, que três alunos (CAMB, MCB e WPG) sequer produzem dados de relativas no primeiro ano de escolarização, considerando os textos analisados. Por outro lado, o aluno ESP da escola Wilson Romano Calil produz o total de dez dados, sendo o aluno com maior produção individual e com grande destaque em relação aos outros alunos. Os alunos com o segundo maior número de dados são AGS e KSA, com o total de cinco dados produzidos, que corresponde à metade dos dados produzidos por ESP.

A frequência da ocorrência de OR é relevante, também, em relação à posição da HA de Keenan e Comrie (1977) relativizada. A única ocorrência de relativa do aluno THF foi justamente de sujeito, o grau mais básico da hierarquia. Por outro lado, os alunos AGS, JVRS, ESP, KSA e VAS manifestaram ao menos um caso de relativização oblíquo, a posição mais baixa relativizada no *corpus* analisado, já na primeira série.

Ao nos voltarmos para a análise das funções sintáticas relativizadas, podemos reafirmar a validade da HA de Keenan e Comrie (1977). Consideremos a Tabela 4:

**Tabela 4.** Ocorrência de OR *versus* grau da HA de Keenan e Comrie (1977)

Escola	Sujeito	Objeto Direto	Objeto Indireto	Oblíquo	Genitivo	Objeto de Comparação
JJS	12	9	0	3	0	0
WRC	14	7	0	4	0	0
Total	26	16	0	7	0	0
Porcentagem	53%	33%	-	14%	-	-

Os dados confirmam a primazia do sujeito na HA de Keenan e Comrie (1977). De fato, incide sobre essa função sintática mais da metade das ocorrências de relativização nos textos de crianças em fase de aquisição. A incidência de relativas apenas nas duas primeiras posições, sujeito e objeto direto, abrange 86% dos casos de relativização. Notamos, ainda, que o ponto de corte na hierarquia se dá na função sintática de oblíquo, que conta com um total de sete dados de relativização. Não há ocorrências de relativas nas funções de objeto indireto, genitivo e objeto de comparação.

A frequência de 86% de relativização e sujeito e objeto direto, bastante significativa, vai ao encontro dos dados de Perroni (2001), com, no entanto, uma diferença: a presença de oblíquos na aquisição da escrita é bem maior do que na aquisição da fala. De fato, 14% das relativizações incidem sobre essa posição.

É interessante notar que, apesar da presença significativa de oblíquos nos dados de aquisição da escrita, não há a presença de relativização de objeto indireto. A princípio, os dados parecem estar em desacordo com a HA de Keenan e Comrie (1977), uma vez que, sob condições normais, nenhuma lacuna deve existir.

Como destacamos anteriormente, os próprios autores da HA assumem a fragilidade da posição de objeto indireto, afirmando que ela talvez seja a mais sutil de toda a hierarquia. Entendemos objeto indireto, neste trabalho, seguindo a orientação funcional de Dik (1997), em que essa função não dispõe de um estatuto independente, sendo reinterpretada prioritariamente pela indicação da função semântica de Recipiente ou então pela combinação de Recipiente com objeto. Nesse sentido, a teoria da Gramática Funcional explica que a função tradicionalmente chamada de objeto indireto ora se comporta como um oblíquo, ora como um objeto direto.

Levando em consideração que os dados de relativização de oblíquo, no *corpus* analisado, desempenhavam as funções semânticas de Tempo e Lugar, exclusivamente, podemos explicar a ocorrência de relativização de oblíquo e a ausência de relativização de objeto indireto de duas maneiras distintas.

Por um lado, as funções semânticas de Tempo e Lugar (que se formalizam como oblíquos), justamente as duas acessíveis no *corpus* analisado, dispõem do mesmo estatuto cognitivo que a função semântica Recipiente (que se formaliza como objeto indireto). Isso pode ser explicado pela aproximação entre a relação espacial de alativo e suas conseqüentes expansões metafóricas para tempo e posse, que se confirma no uso de preposições. No português, assim como no inglês, as preposições típicas de alativo são as mesmas de Lugar, Tempo e Recipiente: *a* e *para*, na primeira língua, e *to*, na segunda, como podemos ver nos exemplos a seguir.

- (09) a. Maria foi **a** Paris.  
 b. De outubro **a** dezembro não fiz nada a não ser viajar.  
 c. Pedro deu o livro **a** seu filho. (OLIVEIRA, 2011, p. 184)

Podemos perceber nos exemplos (09a-c) que a relação de *deslocamento* está presente em todas as sentenças: em (09a) há o deslocamento no espaço; em (09b), o deslocamento no tempo; e em (09c), o deslocamento de posse. Assim, notamos que as relações espaciais muitas vezes são usadas metaforicamente para a expressão de outras relações, o que as aproxima cognitivamente numa variação de concretude. De fato, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) postula apenas uma função semântica, mais abrangente, nesse caso: Locativo.

Assim, se considerarmos apenas as funções sintáticas relevantes para Keenan e Comrie (1977), não conseguimos explicar as especificidades dos dados do *corpus* de aquisição da escrita. Ao ampliarmos o escopo de análise, no entanto, podemos perceber que ambas as funções semânticas mais altas geralmente relacionadas às funções sintáticas de objeto direto e oblíquo, que são Lugar e Tempo, são relativizadas no *corpus*.

Outra possibilidade de explicar a ocorrência da relativização de oblíquo e a ausência de relativização de objeto indireto no *corpus* é por meio da análise da estratégia formal de relativização utilizada pelos alunos.

A relativização de oblíquo (ou seja, de Tempo e Lugar) no *corpus* foi realizada mediante a estratégia da lacuna. Dessa forma, não há a preposição típica que marca o caso relativizado, como podemos perceber no exemplo (10) a seguir.

- (10) a. *Onde é que o mosquito e encontrado em lugares que tenha pneus e caixa dgua tampe as coisas como possos e tambores* (ESP, 1ª, 08)  
 b. *os dias das bruxas é odiaquedanedododu mundo sai naruafãtasiadas...* (JVRS, 1ª, 12)

Notamos, nesses exemplos, que, formalmente, não há diferença entre a estratégia de formação de objeto direto e a de oblíquo. Como vimos anteriormente, Camacho (inédito) sequer considera os casos de (10) como relativas: para o autor, esses dados se aproximam das completivas, em que a oração subordinada é um argumento do nome genérico de tempo e de lugar. Se concordarmos com o autor, o ponto de corte na hierarquia passa a ser objeto direto e, desse modo, não há transposição do grau de objeto indireto.

Neste trabalho, consideramos, entretanto, que os dados contidos em (10) são, de fato, casos de relativas por dois motivos. O primeiro é que a ocorrência de lacuna em relativização de posições preposicionadas não é exclusiva do português brasileiro. De fato, encontramos, translinguisticamente, casos em que só é possível o uso de lacuna para a relativização de qualquer função sintática. Em segundo lugar, apesar da falta de diferença formal entre relativização de objeto direto e oblíquo, há essa diferenciação no português, marcada em sentenças simples. Assim, consideramos que a ausência da preposição em (10) aproxima a relativização das duas funções sintáticas, objeto direto e oblíquo, e faz com que a última, mais baixa, seja mais facilmente relativizada.

Ao analisarmos as estratégias utilizadas pelos alunos na primeira série, percebemos que a lacuna é a única utilizada para a relativização de todos os graus da hierarquia: sujeito (11), objeto direto (12) e oblíquo (13).

- (11) RIMOEVOPARIRCASAQUE E SUSIGATO SILETO TAU NUCAENA MUTUXATO A CAZA EBARULHO (VAS, 1ª, 05)

\*Primo, vou para minha casa que é sossegada, silêncio, tchau, nunca mais, muito chato a casa, tem barulho.

- (12) A COIS QUE A PESSOAFALOU VAI PARA O NOSSO OUVIDO E A COISA VAI TENBAN VAI PARA (AGS, 1ª, 05)

- (13) anta **hora que ela tem filhotinho** a costuma ficar três amno. (AGS, 1ª, 07)

Camacho (inédito), ao se deparar com um alto número de relativas de lacuna, afirma que há motivações funcionais para o uso preferencial dessa estratégia em detrimento das outras. Segundo o autor, as relativas de lacuna ou cortadoras representariam uma extrapolação dessa estratégia para as posições mais baixas da HA, por serem usadas para sujeito e objeto, as duas posições mais acessíveis à relativização. Assim, como afirmamos anteriormente, o uso de lacuna nas funções mais baixas (no caso do *corpus* deste trabalho, a função de oblíquo) representa uma aproximação formal entre construções que relativizam diferentes funções sintáticas. O autor afirma que essa extensão também pode ser explicada pela baixa incidência das copadoras (ou seja, as relativas de retenção pronominal, com pronome-lembrado). Ainda que as relativas de retenção pronominal sejam potencialmente mais eficazes do que as de pronome relativo, em termos de compreensão cognitiva, o estigma social que ela veicula bloqueia seu uso em favor da estratégia de lacuna.

Assim sendo, na análise deste *corpus*, confirmamos a hipótese de que as funções mais baixas da hierarquia são relativizadas por meio de estratégias não padrão. Não houve ocorrência de relativização de posições preposicionadas por meio da estratégia de pronome relativo, indo ao encontro da hipótese de Kenedy (2007) de que essa estratégia não é naturalmente adquirida.

## Palavras finais

Os dados analisados neste trabalho apontam tendências para a aquisição das construções relativas na escrita.

Em primeiro lugar, a frequência de relativas nos textos da primeira série do ensino fundamental é baixa. De fato, alguns alunos sequer chegaram a produzir dados nos textos coletados nessa etapa de escolarização.

Em segundo lugar, quanto à HA de Keenan e Comrie (1977), reafirmamos sua validade no *corpus* analisado e também apontamos alguns questionamentos. Os dados dos alunos seguem, em geral, o postulado de que as funções mais altas, sujeito e objeto direto, são as mais acessíveis e, portanto, mais frequentemente relativizadas. Há uma frequente relativização de oblíquos que desempenham funções semânticas de Tempo e Lugar, diferentemente dos dados de fala de Perroni (2001).

A função de objeto indireto, entretanto, não é relativizada, o que apontaria para uma possível lacuna na hierarquia. Sobre esse fato, reafirmamos a necessidade de se levar em consideração critérios não apenas sintáticos como os de Keenan e Comrie (1977) na descrição do fenômeno em análise. Com efeito, o exame das funções semânticas relativizadas como oblíquos permite deduzir que elas se identificam, formalmente, com a re-

lativização típica de objeto direto, por um lado, e que elas se aproximam cognitivamente da função semântica tipicamente codificada por objeto indireto, por outro.

Em terceiro lugar, por fim, com relação às estratégias de relativização, confirmamos a hipótese de que a escolha da estratégia está ligada ao grau da hierarquia de Keenan e Comrie (1977). De fato, a única estratégia utilizada para a relativização da função mais baixa na HA foi a de lacuna, a mesma estratégia das funções mais altas, sujeito e objeto direto. Ao contrário do que esperávamos, não houve casos de relativização por meio da estratégia de retenção pronominal.

## REFERÊNCIAS

CAMACHO, R. G. *Construções relativas: uma análise discursivo-funcional*. Relatório final. Bolsa de Estágio Sênior no Exterior (processo Capes – BEX 5787/2010-6), 2012.

\_\_\_\_\_. *Orações relativas no contexto da lusofonia*. Inédito.

CAPRISTANO, C. C. *Banco de dados sobre aquisição da escrita do grupo de pesquisa “Estudos sobre a linguagem”*. São José do Rio Preto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Mudanças na trajetória da criança em direção à palavra escrita*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989.

CORRÊA, M. L. G. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.

DIK, S. C. *The theory of Functional Grammar*. 2nd revised edition. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam; Philadelphia: J. Benjamins, 1990.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press, 2008.

KATO, M. Orações relativas: variação universal e variação individual no português. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 5, p. 1-16, 1981.

KEENAN, E. Relative clauses. In: SHOPEN T. (Ed.) *Language typology and syntactic description*, v. 2: Complex constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-70.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 63-99, 1977.

KENEDY, E. *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. 2007. 237f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, G. M. *Acessibilidade das construções relativas nas línguas indígenas brasileiras: um estudo tipológico-funcional*. 2011. 209 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos)

– Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2011.

PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *Delta*, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2001.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. PhD Dissertation – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.